

# Capital Europeia da Cultura

## Jornalismo Cultural e Publicidade ou o Declínio da Ética

---

Ética e Deontologia Profissional

Licenciatura Ciências da Comunicação – UP

Grupo de Trabalho composto por:

Diana Tinoco

Inês Pimenta

Sara Rodrigues

Vera Lencastre

Joana Mendes

**Maio de 2012**

## Índice

Índice .....	2
Introdução .....	3
A noção actual de Cultura .....	3
Jornalismo Cultural.....	4
Capital Europeia da Cultura .....	5
A Capital Europeia da Cultura na Imprensa Escrita .....	5
Conclusões.....	6
Bibliografia .....	7

## Introdução

O trabalho que ora apresentamos serviu ao objectivo de analisar e comparar duas vertentes fundamentais das Capitais Europeias da Cultura Porto 2001 e Guimarães 2012, a saber: por um lado, o tipo de Jornalismo Cultural levado a cabo pela imprensa escrita de referência e, por outro, a divulgação do evento levado a cabo pela Organização das Capitais, no que concerne à publicidade na imprensa escrita, num período de tempo que circunda a inauguração de cada um dos eventos. Para a investigação foram considerados os princípios éticos e deontológicos que regem o exercício da actividade jornalística; os princípios base da fundação das Capitais Europeias da Cultura (1999) e a “incontornável aproximação com o universo de valores estético-conceituais ou ético-políticos presente nas pautas”(Faro, 2009, p. 58) do jornalismo especializado na área Cultural. A essência destes princípios provém da Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual todos têm direito à liberdade de pensamento, de opinião e expressão e de “tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”<sup>1</sup> e considera o poder do jornalismo como preponderante para o cumprimento destes princípios.

## A noção actual de Cultura

Vivemos numa sociedade multicultural e heterogénea onde comunicação, educação e cultura são conceitos transversais. À noção clássica (segundo a qual a cultura era pertença de elites), junta-se à noção antropológica, semiótica e sociológica, o modo de vida de um povo, para se transformar num sistema agregador que deve ser entendida na sua complexidade como “parte do conjunto e das condições, do funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade e dos seus indivíduos” (Fernando del Moral, 2004, p. 380). Cultura é um produto do pensamento, com “traços distintos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos” onde se englobam “para além das artes e das letras [...] as formas de vida em comum, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”<sup>2</sup> A definição de cultura, não sendo exclusiva de elites, também não está em sujeição ao conhecido pressuposto segundo o qual tudo é cultura.

A defesa da diversidade cultural é “um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais.”(DUSDC, Art.º4) “Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, [...] a diversidade criativa [...] e toda a pessoa deve poder participar na vida cultural”

<sup>1</sup> Declaração Universal dos Direitos do Homem, Artigos 18º, 19º e 27º.

<sup>2</sup> Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, UNESCO. 2002

<sup>3</sup> Anexo: “DecisãoCapital1999”, parágrafo 3 do Artigo 251

<sup>4</sup> Gráfico 3, no anexo Análise Publicidade – Relatório

<sup>5</sup> Gráfico 4, no anexo Análise Publicidade – Relatório

<sup>6</sup> Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, UNESCO. 2002

<sup>7</sup> Algo que vem confirmar os rumores constantes sobre a deficiente divulgação dos eventos e da programação por parte da CEC 2012. É ainda impossível aferir cientificamente o alcance desta incapacidade, não só por esta ainda se encontrar em curso mas também porque o acesso a informações de carácter estatístico ou documental não está disponível para consulta. A possibilidade

(Art.º5) e os direitos abrangem o uso dos meios de comunicação para difusão dessa diversidade, garantindo que esta possa “chegar aos cidadãos usuários, com contraste e equilíbrio [...] como o serviço público” (ibidem, p. 383).

## **Jornalismo Cultural**

A divulgação da produção cultural ganhou relevância com a mercantilização dos espectáculos e com a programação para massas que trouxe aos acontecimentos culturais relevância na agenda dos media, não só para os promover, mas também para proporcionar aos públicos conteúdos sobre espectáculos e entretenimento. Foi essa mediação de conhecimento sobre assuntos e eventos culturais que provocou a emergência de um novo tipo de jornalismo, o cultural, no final do século XVII. A actual sociedade de informação e a emergência de uma grande diversidade de meios trouxeram profundas alterações ao exercício do jornalismo, do qual a área cultural não foi excepção. Todavia, a democratização do conhecimento e o carácter reflexivo dos conteúdos são poderes do jornalismo, uma “responsabilidade intelectual”, nas palavras de Karl Popper, cuja rejeição implica passar de “uma relativismo cultural a um relativismo ético” como designado por Orlando Lourenço. Edgar Morin destacou, nesta área especializada do jornalismo, a capacidade de revelar de forma clara e acessível “que, em toda grande obra, de literatura, de poesia, de música, de pintura, de escultura, há um pensamento profundo sobre a condição humana” (Morin, 2001, p. 45). A construção do discurso jornalístico pode ser vista com uma abrangência que “ultrapassa o aspecto informativo ou construtor da realidade: ele estrutura a percepção dos leitores, orienta suas apreensões, conduz pragmaticamente a localização de sua recepção no complexo de sentidos presente em cada pauta [...] mais palpável no território do jornalismo cultural” (Faro, 2009, p. 58). A boa informação cultural não se limita a dar notícias sobre os acontecimentos, possui géneros interpretativos, a opinião, a análise, que valoriza ou propõe produtos e acontecimentos culturais é parte integrante da excelência no jornalismo cultural (Fernando del Moral, 2004, p. 386) e confirmam-no como um produto do pensamento e “um espaço de inovação, para quem pensa por si, cria a sua própria linguagem e sabe que é preciso ultrapassar fronteiras, conectar-se com o outro (Lopes, 2010, p. 51). Assente no “reconhecimento da coerência de valores, fidelidade a princípios, credibilidade” (Bourdieu, 1996, p. 105) este desdobramento artístico e literário do jornalismo cultural “oferecem ao leitor performativamente indicações valorativas sobre o conteúdo desses eventos, transitam na esfera do estético-conceitual e/ou do ético-político” como dissemos (Faro, 2009, p. 60). Mas o jornalismo tem perdido parte do seu carácter “poético” com as rotinas das redacções, com a redução progressiva do número de profissionais e o recuso permanente a profissionais menos experimentados e mais baratos. O ritmo frenético de trabalho tende a dar ênfase a acontecimentos e não às suas problemáticas, fornecendo apenas dados objectivos e noticiosos dos eventos, em detrimento do género crítica, crónica ou resenha, que dão um cenário mais amplo dos conceitos interpretam e reflectem sobre os subtextos. Dora Santos Silva, da Universidade Nova de Lisboa, pesquisou em 2009 sobre as tendências do jornalismo cultural em Portugal e concluiu que tendencialmente este jornalismo tem transitado das páginas tradicionais para cadernos e suplementos especializados e que estes, na sua maioria, se limitam a dar conhecimento prévio da agenda cultural.

A investigação que apresentamos, incidiu sobre a imprensa escrita, e tentou aferir se pautas se regem pela ética nos princípios orientadores da profissão, especificamente a contribuição para democratizar o conhecimento, criticar e induzir a reflexão e análise da diversidade e profundidade intelectual presente nas manifestações culturais do evento. Visa também comparar eventos semelhantes e próximos, que distam 11 anos no tempo, inferindo alterações nos comportamentos jornalísticos.

## Capital Europeia da Cultura

A Capital Europeia da Cultura<sup>3</sup> resultou da decisão do Parlamento Europeu, a 25 de Maio de 1999. De entre a lista de objectivos do evento consideramos: a valorizar e promover a riqueza e diversidade das culturas europeias; contribuir para o “conhecimento mútuo dos cidadãos europeus”; favorecer a circulação na União Europeia; promover o acolhimento de cidadãos: “valorizar as correntes artísticas e os estilos comuns aos europeus”; valorizar a abertura e a compreensão dos outros e, de forma destacada, **“favorecer a maior difusão possível das manifestações previstas, recorrendo a todos os meios”**. Esta ideia é reforçada nos critérios para o planeamento onde se enumera a importância de **“divulgar as acções programadas”**. A vasta afectação de recursos para este evento cultural, configura-se como uma oportunidade sem paralelo para aumentar o prestígio e notoriedade das cidades, a nível nacional e internacional, promovendo e divulgando todas as manifestações culturais do evento. As iniciativas multidisciplinares, o incentivo à criação, a contaminação entre as diferentes artes e as estruturas urbanas que mobiliza, e altera, comportam um potencial de crescimento das cidades e o enriquecimento cultural dos cidadãos envolvidos. Este valor de profunda humanidade, democracia e liberdade, traz consigo a responsabilidade da entidade organizadora no sentido de corresponder aos princípios e objectivos do evento. Foi com vista a aferir o grau de divulgação das práticas culturais, por parte da comissão organizadora criada para a CEC, que a presente investigação estabeleceu também critérios de análise da publicidade às Capitais Europeias da Cultura, na imprensa escrita e no período de análise correspondente à semana de inauguração.

## A Capital Europeia da Cultura na Imprensa Escrita

Para as conclusões que a seguir passamos a referenciar, foram consultados integralmente o jornal Público e o Jornal de Notícias nos dias que compreendem a inauguração da CEC Porto 2001 (13 de Janeiro de 2001) e da CEC Guimarães 2012, num período total de 8 dias. Este período começa 2 dias antes da data da inauguração protocolar. Foram analisadas na totalidade, 140 notícias e 38 inserções publicitárias em 2001 e 2012. Em 2001, analisamos 42 notícias do Público e 44 no JN. Em 2012, analisamos 25 notícias no Público e 29 no JN.

---

<sup>3</sup> Anexo: “DecisãoCapital1999”, parágrafo 3 do Artigo 251

### CEC 2001 e 2012 – Comparação da Publicidade

Para análise da publicidade contabilizamos, não apenas o número de inserções, mas também a sua localização (par ou ímpar) com vista a aferir o grau de investimento e relevância atribuída pelo local de inserção. Os gráficos mostram que a publicidade foi dirigida essencialmente ao jornal Público<sup>4</sup> e que a maior fatia de inserções se localizou em páginas par<sup>5</sup>. Mas o que é preponderante nesta análise prende-se com as diferenças acentuadas entre o número de inserções publicitárias entre a CEC 2001 e a CEC 2012<sup>6</sup>. Foi publicada apenas uma inserção publicitária a Guimarães 2012, o que mostra uma clara deficiência na divulgação do evento.

### CEC 2001 e 2012 – Que tipo de jornalismo prevalece

A análise dos gráficos relativos a 2001 revela que a economia e política, relativos à CEC Porto 2001, são os mais noticiados no Jornal de Notícias, enquanto o Público dá maior relevância aos assuntos culturais. Nos dois diários prevalecem artigos do género notícia, reportagem e entrevista, no entanto há uma especial importância dada pelo Público aos artigos de crítica. Também as notícias posteriores ao evento prevalecem em ambas as publicações. Já a análise dos gráficos relativos a CEC Guimarães 2012 revela que no Público, apesar da cobertura de carácter cultural ter mais notícias, a soma de assuntos de carácter político, económico, obras e turismo ultrapassa a área cultural. Já o JN, apesar da proximidade dos valores, os assuntos culturais são em maior número. Neste ano destacamos as editoriais, já que se revela a preponderância, que não existia em 2001, para a inserção de assuntos culturais em cadernos específicos, como o Ípsilon, no caso do Público. Os géneros privilegiados são a reportagem no Público e a notícia no JN. A opinião e a crítica tem pouca ou nenhuma inserção em 2012. Uma dedução imediata sobre CEC 2012 prende-se com o decréscimo acentuado de notícias sobre o evento e com a prevalência de notícias de antecipação aos eventos nos dois diários em relação a 2001, revelando uma tendência para o recurso a fontes oficiais e restrição da cobertura jornalística dos eventos.

## Conclusões

A análise à publicidade e ao jornalismo sobre as Capitais Europeias da Cultura, embora limitada à imprensa escrita de referência, permite confirmar diferenças consideráveis no comportamento das organizações e do meio jornalístico. Na área publicitária fica comprometido o princípio que contempla o recurso a todos os meios, por parte da entidade organizadora, para publicitar o evento.<sup>7</sup> Isto representa a negação de, não apenas um dos princípios fundadores do fenómeno CEC, mas também a potencial falha dos restantes, já que sem dar conhecimento aos cidadãos, será impossível ver outros objectivos cumpridos. Já no campo jornalístico as diferenças residem em pontos fundamentais como a tendência crescente para um jornalismo

---

<sup>4</sup> Gráfico 3, no anexo Análise Publicidade – Relatório

<sup>5</sup> Gráfico 4, no anexo Análise Publicidade – Relatório

<sup>6</sup> Gráfico 1

<sup>7</sup> Algo que vem confirmar os rumores constantes sobre a deficiente divulgação dos eventos e da programação por parte da CEC 2012. É ainda impossível aferir cientificamente o alcance desta incapacidade, não só por esta ainda se encontrar em curso mas também porque o acesso a informações de carácter estatístico ou documental não está disponível para consulta. A possibilidade de levar a cabo um estudo sobre os meios e recursos utilizados pela CEC para comunicação do evento é uma avenida de investigação para o futuro. Tentamos também obter dados de arquivo sobre Porto 2001 mas, até ao momento, nem sequer conseguimos uma resposta clara das entidades acerca da correta localização dos arquivos.

superficial, com maior relevância para questões marginais (económicas, políticas, etc.) aos eventos culturais. As notícias são, na sua maioria, dadas por antecipação aos eventos, sem acompanhamento jornalístico local deixando de fora o pensamento crítico e especializado nas questões intelectuais e humanas. O recurso prioritário é a fonte oficial. Os resultados mostram um jornalismo cultural comprometido e ausente, inserido em cadernos ou suplementos uma tendência crescente, como no caso do Ípsilon, do Público.

## Bibliografia

Unesco. (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural .

Anjos, A. (2009). *Ética, Diversidade Cultural e Jornalismo*. Unniversidade Federal da Bahia.

Bourdieu, P. (1996). *Sobre a Televisão*. (J. Z. Editor, Ed.) Rio de Janeiro.

Faro, J. (janeiro-abril de 2009). Dimensão e prática do jornalismo cultural. *revista Fronteiras - estudos midiáticos* .

Fernándo del Moral, J. (2004). *Periodismo Especializado*. Barcelona: Ariel Communication .

Guerreiro, M. M. (2008). O papel da Cultura na Gestão da Marca das Cidades. *Congresso Portugues de Sociologia* .

Gadino, S. L. (2002). Tematização e Agendamento Cultural nas páginas dos diários portugueses. *BOCC* .

Gomes, F. (2009). Jornalismo Cultural. [www.jornalismocultural.com.br](http://www.jornalismocultural.com.br) .

Lopes, Í. (2010 ). *Jornalismo Cultural nas Redações*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC.

Neiva, M., & Recto, E. *Comunicação na era pós moderna*. Petrópolis: Editora Vozes .

Melo, I. A. (s.d.). Jornalismo cultural: por uma formação que produza o encontro da clareza do jornalismo com a densidade e a complexidade da cultura. *Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG*.

Melo, I. (2010). *Jornalismo Cultural: Pelo encontro da clareza do jornalismo com a densidade e complexidade da cultura*. UFMG, PUC Minas. Minas Gerais: PUC Minas.

Morin, E. (2001). *A Cabeça Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. . Rio de Janeiro, Bertrand.

Silva, D. S. (Maio de 2011). Possibilidades políticas do jornalismo cultural digital na perspectiva da democracia deliberativa. *Estudos em Comunicação nº9*, 103-117 .

Silva, P. C. *Cidade e programação cultural. O caso do Porto em 2001.*